



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo, - Bairro Sudoeste - Brasília - CEP 70670350

Telefone: (61) 2028-9662/9577

Termo de Compromisso

**TERMO DE COMPROMISSO PARA O CUMPRIMENTO DE
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Nº 12/2017 QUE CELEBRAM
ENTRE SI O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO
DA BIODIVERSIDADE - ICMBio E O EMPREENDEDOR NORTE
BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., OBJETIVANDO O
CUMPRIMENTO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PELA
IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO LINHA DE
TRANSMISSÃO COLETORA PORTO VELHO – ARARAQUARA II
– LOTE G.**

Processo ICMBio nº : 02070.002757/2012-81.
Processo Licenciamento nº : 02001.000328/2009-98.

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO PARA O CUMPRIMENTO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, de um lado o **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**, doravante denominado **ICMBio**, autarquia federal, criado pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com sede e foro em Brasília/DF, jurisdição em todo o território nacional, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.829.974/0001-94, sediado na EQSW 103/104 – Complexo Administrativo, neste ato representado por seu Presidente **RICARDO JOSÉ SOAVINSKI**, oceanógrafo, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.185.853 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 420.044.700-20, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, nomeado pela Portaria nº 2.154, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União em 08/11/2016, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 21, III, do Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, e de outro lado a **NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** adiante denominado **COMPROMISSÁRIO**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no SCN Quadra 01 Bloco C Sala 508 e 509 Edifício Trade Center - Brasília/DF, CEP 70711-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.625.321/0001-56, representada na forma de seu estatuto social por seu Diretor Presidente **FLÁVIO CÂMARA DE SOUSA**, brasileiro, engenheiro eletricista, solteiro, cédula de identidade nº 08577170-7, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.804.957-04 e por seu Diretor Técnico **JOSÉ ASSAD THOMÉ JÚNIOR**, brasileiro, engenheiro, casado, cédula de identidade nº 50738069, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 155.800.241-34, e

CONSIDERANDO:

I) que a Lei nº 9.985/2000 estabeleceu, em seu artigo 36, a exigência de o empreendedor apoiar a implantação e a manutenção de unidade de conservação, cuja forma de cumprimento foi regulamentada

pelo Decreto nº 4.340/2002, e alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.848/2009, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental;

II) que o presente instrumento visa ao cumprimento das obrigações firmadas com o **ICMBio**, estabelecidas através da condicionante nº 2.15, constante na Licença de Operação nº 1265/2014, emitida pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, decorrente do processo de licenciamento ambiental nº 02001.000328/2009-98.

RESOLVEM:

Celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO PARA O CUMPRIMENTO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO objetiva o cumprimento da compensação ambiental pela implantação do empreendimento **LINHA DE TRANSMISSÃO PORTO VELHO – ARARAQUARA II – LOTE G**, cujos recursos foram destinados pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal - CCAF, em Reunião Ordinária nº 15, nº 22 e nº 27, ocorridas em março e novembro de 2013 e em abril de 2014, respectivamente, e em conformidade com as prioridades descritas no Decreto nº 4.340/2002, visando ao estabelecimento das condições de sua aplicação em favor da Reserva Biológica do Jarú, do Parque Nacional Campos Amazônicos, do Parque Nacional Chapada dos Guimarães, da Estação Ecológica Serra das Araras e do Parque Nacional das Emas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE CUMPRIMENTO

O cumprimento da obrigação de compensação ambiental dar-se-á através de execução dos recursos por meios próprio pelo **COMPROMISSÁRIO**, em conformidade com o disposto no Capítulo III da IN nº 10/2014 - ICMBio.

§ 1º O **COMPROMISSÁRIO** deverá apoiar diretamente as Unidades de Conservação a serem criadas pelo ICMBio, em conformidade com o Plano de Trabalho e respectivo Cronograma de Atividades anexo, bem como em atendimento às Solicitações de Aplicação de Recursos (SAR) e Termos de Referência (TR) a serem elaborados e enviados pelo **ICMBio**.

§ 2º A compromissária poderá contratar, às suas expensas e sob sua responsabilidade, pessoa física ou jurídica para a execução material do plano de trabalho anexo ao presente Termo de Compromisso, o que não implicará exoneração da responsabilidade integral da compromissária pelo cumprimento das obrigações ora pactuadas.

§ 3º As despesas decorrentes da intermediação referida no § 2º correrão às contas do **COMPROMISSÁRIO**, não podendo ser abatidas do valor devido a título de compensação ambiental, sendo o **COMPROMISSÁRIO** o único responsável perante o ICMBio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA ATUALIZAÇÃO

O valor da compensação ambiental objeto do presente TERMO é de R\$ **R\$ 7.629.000,24** (sete milhões, seiscentos e vinte e nove mil reais e vinte e quatro centavos), atualizado a partir de abril de 2012 até julho de 2017, totalizando **R\$ 11.870.724,37 (onze milhões, oitocentos e setenta mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos).**

§ 1º Os valores devidos a título de compensação ambiental serão passíveis de correção pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente a partir do momento de sua fixação, até o mês de assinatura do Termo de Compromisso.

§ 2º O valor total previsto no Plano de Trabalho, quando elaborado com base no valor não atualizado até a data de assinatura do TERMO, deverá ser ajustado após a sua publicação no DOU, por intermédio do gerente técnico-operacional do TERMO.

§ 3º Para fins de apuração do valor devido após a assinatura deste TERMO, em caso de apuração de saldo remanescente a executar pelo **COMPROMISSÁRIO**, aplicar-se-á o disposto na letra “b” do § 2º do art. 21 da IN nº 10/2014 – ICMBio.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ICMBio

São obrigações do **ICMBio**:

I - orientar e supervisionar a execução das ações a cargo do **COMPROMISSÁRIO**;

II - exercer a autoridade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução do objeto deste TERMO;

III - responsabilizar-se por todas as despesas com seus servidores envolvidos na execução do objeto deste TERMO;

IV - encaminhar ao **COMPROMISSÁRIO**, através do gerente técnico-operacional do TERMO, as Solicitações de Aplicação de Recursos – SAR e respectivos Termos de Referência – TR, contendo as especificações dos bens ou serviços necessários à consecução do Plano de Trabalho;

V - analisar e aprovar os produtos resultantes deste TERMO;

VI - emitir, no ato da entrega, termo de recebimento dos equipamentos, materiais e serviços adquiridos pelo **COMPROMISSÁRIO**;

VII - promover a monitoria, analisar e aprovar os relatórios de execução físico-financeiros, prestações de contas e outras solicitações da execução do objeto do presente TERMO;

VIII - emitir Certidão de Cumprimento da Compensação Ambiental, em até 30 dias a contar da aprovação da Prestação de Contas final deste TERMO, conforme disposto no inciso I do art. 10 da IN nº 10/2014 – ICMBio; e

IX - avaliar e autorizar, quando solicitado, a divulgação e a promoção, pelo **COMPROMISSÁRIO**, das ações decorrentes do objeto deste TERMO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

São obrigações do **COMPROMISSÁRIO**:

I - designar técnico responsável pela execução das atividades, conforme previsto no §5 do art. 11 da IN nº 10/2014 – ICMBio;

II - executar as atividades previstas no Plano de Trabalho e no Cronograma de Atividades anexos ao presente TERMO, no prazo e na forma estabelecida, em conformidades com as SAR e respectivos TR, a serem elaborados e enviados pelo **ICMBio**;

III - efetuar os pagamentos de serviços, materiais e equipamentos autorizados pelo **ICMBio**, a serem abatidos da compensação ambiental;

IV – efetuar o depósito dos valores indenizatórios nas desapropriações amigáveis ou judiciais, cujos valores e contas bancárias serão informados pelo ICMBio, a serem abatidos da compensação ambiental, especificamente no caso de ação de regularização fundiária;

V - efetuar o pagamento das custas cartoriais, taxas, escrituras e registros dos imóveis, a serem abatidos da compensação ambiental, especificamente no caso de ação de regularização fundiária;

VI - firmar contratos com empresas e profissionais, sem a interveniência do **ICMBio**, em atendimento ao Termo de Referência, arcando com os custos da contratação, a serem abatidos da compensação ambiental;

VII - emitir, quando da entrega de materiais, equipamentos, produtos e serviços, o Termo de Transferência dos Bens Móveis ou Imóveis, conforme art. 16 da IN nº 10/2014 – ICMBio;

VIII - responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhistas, fiscais e previdenciárias, relacionadas aos recursos humanos próprios utilizados para a execução do objeto deste TERMO;

IX - atender solidariamente ao **ICMBio** todas as solicitações e demandas dos órgão de fiscalização e controle da gestão pública;

X - citar obrigatoriamente a participação do **ICMBio** na divulgação das ações, objeto deste TERMO;

XI - facilitar a atuação e supervisão do **ICMBio**, facultando-lhe sempre que solicitado, o acesso às informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste TERMO, especialmente no que concerne à auditoria dos documentos referentes à realização das despesas;

XII - apresentar ao **ICMBio** documentos comprobatórios da execução física e financeira, semestralmente, nos termos do disposto nos arts. 17e 18 da IN nº 10/2014 – ICMBio; e

XIII - solicitar previamente ao **ICMBio** autorização para divulgação e promoção das ações decorrentes do objeto deste TERMO.

CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DO TERMO

O gerenciamento técnico-operacional deste TERMO abrangerá as atividades relacionadas ao acompanhamento, cumprimento e fiscalização dos prazos e execução do seu objeto, do Plano de Trabalho e respectivo Cronograma de Atividades estabelecidos.

§ 1º O gerenciamento técnico-operacional deste TERMO será realizado pelos chefes das unidades de conservação beneficiadas ou coordenadores das áreas, e, em caso de impossibilidade, por técnico a ser indicado pelo **ICMBio**, mediante Ato Administrativo, em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato deste TERMO no Diário Oficial da União - DOU.

§ 2º O **COMPROMISSÁRIO** deverá indicar, em até 10 (dez) dias a contar da publicação deste TERMO no DOU, o técnico responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho, com poder decisório pelo **COMPROMISSÁRIO** e que permanecerá como interlocutor institucional junto ao **ICMBio**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Após a Publicação do TCCA no DOU, o ICMBio, através do gerente técnico-operacional do TERMO, deverá encaminhar ao **COMPROMISSÁRIO** as Solicitações de Aplicação de Recursos – SAR, com os respectivos Termos de Referência – TR, contendo as especificações dos bens ou serviços necessários à consecução do Plano de Trabalho.

§ 1º O **COMPROMISSÁRIO** executará as SAR obedecendo estritamente às especificações e valores de referência contidos nas referidas solicitações e respectivos TR, assim como aos prazos previstos no Cronograma de Atividades, em conformidade com o disposto no art. 14 da IN nº 10/2014 – ICMBio.

§ 2º Para fins de elaboração das SAR e respectivos TR, será utilizado como base do valor máximo admitido o sistema de Preços Praticados – SISPP, subsistema do SIASG que permite o registro dos preços praticados nas compras de bens e serviços no âmbito da Administração Pública Federal, bem como o estabelecimento de referencial de preços para novas aquisições.

§ 3º Caso os bens ou serviços a serem adquiridos não constem no SISPP, será excepcionalmente admitido, como o valor máximo permitido, o menor valor de no mínimo 03 (três) cotações obtidas junto ao mercado.

§ 4º Os valores de referência indicados nas SAR e respectivos TR constituirão os limites máximos para aquisição dos bens ou serviços entregues para fins de amortização, sendo glosados os valores excedentes.

§ 5º Com relação à execução serviços de obras e engenharia, as SAR e respectivos TR deverão conter o detalhamento técnico da necessidade da unidade de conservação beneficiada, aplicando-se o previsto no art. 15 na IN nº 10/2014 – ICMBio.

§ 6º No caso de produtos objeto de consultoria e pesquisa, o gerente técnico-operacional encaminhará os produtos à Coordenação Geral pertinente do **ICMBio**, acompanhado de parecer técnico, para aprovação e posterior pagamento pelo **COMPROMISSÁRIO**.

§ 7º Quando da aquisição de bens, o **COMPROMISSÁRIO** deverá emitir Termo de Transferência dos Bens Móveis e Imóveis, através do qual se dará a entrega ao **ICMBio** dos bens adquiridos com recursos de compensação ambiental, nos termos do disposto no art. 16 na IN nº 10/2014 – ICMBio.

§ 8º Para fins de Prestação de Contas, o **COMPROMISSÁRIO**, deverá encaminhar ao **ICMBio** a documentação comprobatória da execução dos recursos, a cada 06 (seis) meses a partir da publicação deste TERMO no DOU, conforme disposto no art. 17 da IN nº 10/2014 – ICMBio.

§ 9º Os documentos referentes à Prestação de Contas, encaminhados pelo **COMPROMISSÁRIO**, serão analisados pelo gerente técnico operacional do TERMO, que examinará a execução física e financeira das atividades previstas e executadas, bem como os objetivos alcançados, nos termos do art. 18 da IN nº 10/2014 – ICMBio.

§ 10º Não serão admitidas notas fiscais / recibos datados fora do prazo de vigência deste TERMO, assim como aquisições em desacordo com o previsto no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA – DA INADIMPLÊNCIA

O não cumprimento pelo **COMPROMISSÁRIO** de qualquer dos prazos e obrigações constantes deste Termo ensejará comunicação formal do inadimplemento pelo **ICMBio** ao **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA** para fins de aplicação de medidas estabelecidas na legislação vigente, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos porventura existentes.

§ 1º Constatado eventual descumprimento das obrigações previstas no presente TERMO por parte do **COMPROMISSÁRIO**, este será notificado pelo **ICMBio** para justificar, por escrito, no prazo de 20 (vinte) dias, as razões do inadimplemento.

§ 2º O **ICMBio**, a depender das razões apresentadas, decidirá pelo acatamento ou rejeição da justificativa, devendo notificar o **COMPROMISSÁRIO** quanto à sua decisão no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da justificativa.

§ 3º Não apresentada justificativa por parte do **COMPROMISSÁRIO**, ou rejeitada a justificativa apresentada, o **ICMBio**, no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da notificação de que trata o §2º, comunicará formalmente o inadimplemento ao **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA** para fins de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente.

§ 4º Não correrão penalidades ou prazos contra o **COMPROMISSÁRIO** decorrentes de eventuais atrasos ou omissões atribuídos exclusivamente ao **ICMBio**.

§ 5º A eventual inobservância pelo COMPROMISSÁRIO dos prazos e obrigações ora pactuados, desde que comprovadamente resultante de caso fortuito ou força maior, na forma prevista em lei, não configurará situação de inadimplência, desde que a justificativa seja prontamente comunicada ao ICMBio que, se for o caso, reajustará os prazos para o cumprimento das obrigações remanescentes.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado e/ou alterado através de Termo Aditivo, conforme art. 9º da IN nº 10/2014 - ICMBio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer modificação das obrigações pactuadas no presente TERMO que implique alteração de valor, prazo ou forma, será objeto de prévio ajuste entre as partes, formalizada mediante termo aditivo.

Parágrafo único. No caso de ajustes no Plano de Trabalho, a serem efetuados no interesse da Administração, será observado o disposto no § 3º do art. 9º da IN nº 10/2014 - ICMBio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dada aos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo único. As ações objeto do presente TERMO integrarão relatório anual de execução de compensação ambiental a ser elaborado pelo **ICMBio**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO DO TERMO

O **ICMBio** compromete-se a promover a publicação deste TERMO, por extrato, no Diário Oficial da União, em até 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Elege-se o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer controvérsia relacionada ao presente termo.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito, na presença de testemunhas que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de julho de 2017.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Presidente

pelo **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

FLÁVIO CÂMARA DE SOUSA

Diretor Presidente

pela **NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

JOSÉ ASSAD THOMÉ JÚNIOR

Diretor Técnico

pela **NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**



Documento assinado eletronicamente por **Jose Assad Thomé Junior, Usuário Externo**, em 06/07/2017, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO CAMARA DE SOUSA, Usuário Externo**, em 21/07/2017, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Jose Soavinski, Presidente**, em 27/07/2017, às 11:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **1348361** e o código CRC **17938B91**.